



**Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo**

LEI MUNICIPAL Nº.: 3.707/2024, DE 11 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Política Cultural e de Turística de Ipameri – GO, cria o Conselho Municipal de Política Cultural e Turística, o Arquivo Municipal de Ipameri e o Fundo Municipal de Cultura e Turismo e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E TURÍSTICA**

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Municipal de Política Cultural e Turística de Ipameri, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais e turísticos, promovendo o desenvolvimento da cultura e do turismo em nosso município, servindo como importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico.

Art. 2º - O Sistema Municipal de Política Cultural e Turística observará os seguintes princípios:

- I** - reconhecimento e valorização da diversidade cultural e turística do Município;
- II** - cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura e do turismo;
- III** - complementaridade nos papéis dos agentes culturais e turísticos;
- IV** - cultura e o turismo como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;
- V** - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo

VI - democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviços;

VII - integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VIII - cultura e turismo como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;

IX - liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural e turístico;

X - territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

Art. 3º - O Sistema Municipal de Política Cultural e Turística é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

I - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

II - Museu Municipal de Ipameri (Adolvando Carlos Alarcão);

III - Biblioteca Pública Municipal (João Veiga);

IV - Casa do Artesão (João de Barro);

V - Arquivo Municipal de Ipameri;

VI - Secretarias, entidades e órgãos municipais vinculados à manutenção e divulgação da cultura e do tradicionalismo;

§1º - O Sistema Municipal de Política Cultural e Turística de Ipameri, contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional:

I - Conselho Municipal de Política Cultural e Turística;

II - Conselho Municipal de Cultura;

III - Conselho Municipal de Turismo;

IV - Fundo Municipal de Cultura e Turismo;

V - Sistema de informações do Arquivo Municipal;

§2º - O Sistema Municipal de Política Cultural e Turística buscará atuar de forma integrada e através destes, o alinhamento das políticas culturais e turísticas o provimento de meios para o desenvolvimento do Município através da cultura e do turismo.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo

§3º - Poderão integrar o Sistema Municipal de Política Cultural e Turística, organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E TURÍSTICA

Art. 4º - O Conselho Municipal de Política Cultural e Turística definido para integrar o Sistema Municipal de Política Cultural e Turística, atuará como um órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, vinculados à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, que deverá colaborar na elaboração e fiscalização da política cultural do município.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Política Cultural e Turística é constituído de 17 (dezesete) conselheiros titulares e 17 (dezesete) suplentes, indicados por seus pares ou pelos órgãos e entidades que representam e nomeados através de Decreto Municipal, que tomarão posse em Reunião Ordinária realizada no mês de abril dos anos pares e terá a seguinte composição:

- I** - 01 representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- II** - 01 representante do Conselho Municipal de Cultura;
- III** - 01 representante do Conselho Municipal de Turismo;
- IV** - 01 representante do Conselho Municipal de Educação;
- V** - 01 representante da Associação Comercial e Industrial de Ipameri;
- VI** - 01 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- VII** - 01 representante da Música;
- VIII** - 01 representante do Teatro;
- IX** - 01 representante da Dança;
- X** - 01 representante do Artesanato;
- XI** - 01 representante das Artes Plásticas;
- XII** - 01 representante da Literatura;



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo

XIII - 01 representante do Folclore;

XIV - 01 representante da Imprensa;

XV - 01 representante da Associação dos Feirantes;

XVI - 01 representante da Segurança Pública;

XVII - 01 representante do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, elaborará o Regimento Interno, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, onde será definido a Competência, a Organização Interna e o Funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural e Turística

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é o órgão oficial responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do Município.

§1º - As entidades do terceiro setor são responsáveis por fomentar o desenvolvimento cultural e o tradicionalismo junto ao Município.

§2º - As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Política Cultural e Turística, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura e Turismo, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais e turísticos.

Art. 7º - O Plano Municipal de Cultura e Turismo, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do Município, deverá ser elaborado e/ou ajustado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com participação das diversas instâncias consultivas.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de Cultura e Turismo será decenal, aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e Turística, Conselho Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Turismo e regulamentado por Lei.

Art. 8º - O Museu Municipal “**Adolvando Carlos Alarcão**” é responsável em garantir que os acervos temáticos, cronológicos e geográficos sejam abordados de



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo

forma interativa nas ações de comunicação da instituição, com o uso de linguagem de fácil entendimento por diferentes públicos e de diferentes idades, que consiste em:

I - Apresentar, de forma contextualizada, o acervo museológico usando de temáticas e exposições temporárias.

II - Promover ações educativas com parcerias entre escolas, instituições e a comunidade de forma geral.

III- Proporcionar a cada visitante uma visão única sobre o acervo físico ou online, para que assim tenham a possibilidade de formação de opinião e crítica.

Art. 9º - A Biblioteca Municipal João Veiga é responsável pela promoção da leitura e a difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à consulta por parte de seus usuários.

Art. 10 - A Casa do Artesão João de Barro é a responsável pela valorização e apoio à produção do artesanato local a partir da exposição das obras ao público, comercialização, cadastramento de artesãos e realização de ações informativas.

CAPÍTULO III
DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 11 - O Arquivo Público Municipal é um órgão especificamente dedicado e responsável pelo conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos municipais no exercício de suas atividades, ou seja, pelos poderes Executivo e Legislativo, representados, respectivamente, pela Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores, em decorrência de suas funções administrativas e legislativas.

Parágrafo Único - O arquivo municipal poderá, ainda, custodiar documentos que, embora de natureza privada, sejam considerados de interesse público e social para o município.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo

Art. 12 - O arquivo público municipal tem por finalidade implementar, avaliar e monitorar políticas públicas de gestão de documentos e informações, envolvendo importante conjunto de programas de gestão, tratamento técnico, transferência, recolhimento, preservação, disponibilização e divulgação de documentos e informações produzidos, recebidos e acumulados pelo poder público municipal, em qualquer suporte ou formato.

Art. 13 - O Arquivo Público Municipal, o gestor público e os cidadãos poderão ter acesso a diversos tipos de serviço, como:

- I - Instrumento de gestão e transparência pública;
- II - Serviço de informações aos cidadãos;
- III - Serviços de pesquisa em Diário Oficial;
- IV - Serviços de pesquisa histórica;
- V - Serviço de memória local;
- VI - Serviços de ação cultural;
- VII - Visita guiada;
- VIII - Emissão de certidões probatórias;
- IX - Reprodução de documentos.

Art. 14 - O arquivo público municipal destaca-se como um órgão indispensável para o planejamento, controle, transparência, eficácia e efetividade da administração municipal, assegurando o cumprimento da Constituição Federal de 1988.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, elaborará o seu Regimento Interno do Arquivo Municipal, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo de acordo com as Normas Técnicas e Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo

Art. 16 - Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura e Turismo, com o objetivo de promover a economia da cultura, do turismo e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais e turísticas de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§1º - O Fundo Municipal de Cultura é vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§2º - O gestor e ordenador de despesas do Fundo Municipal de Cultura e Turismo é o Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

§3º - A fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura e Turismo será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Turismo.

Art. 17- Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Cultura:

- I - transferências à conta do orçamento geral do município;
- II - transferências realizadas pelo Estado e pela União;
- III - receitas diretamente arrecadadas pelas unidades integrantes do Sistema Municipal de Política Cultural e Turística;
- IV - contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;
- V - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- VI - doações e legados;
- VII - saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;
- VIII - saldos financeiros de exercícios anteriores;
- IX - outros recursos a ele destinados na forma da lei.

Art. 18 - O Regulamento do Fundo Municipal de Cultura aprovado pelo Chefe do Poder Executivo definirá:

- I - as áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo Fundo Municipal de Cultura e Turismo;



**Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo**

II - os limites de financiamento;

III - os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;

IV - as formas de prestação de contas.

Parágrafo Único - O Regulamento do Fundo Municipal de Cultura deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e Turística.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19 - Caberá às unidades integrantes do Sistema Municipal de Política Cultural e Turística prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 20 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 21 - As disposições desta lei ficam inclusas no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes neste exercício.

Art. 22 - O Poder Executivo Municipal promoverá no orçamento vigente as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE
GOIÁS**, aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2024.


**JÂNIO PACHECO
PREFEITO MUNICIPAL**

CERTIFICO que o referido documento,
nesta data, foi fixado e publicado no placar
de costume da Câmara Municipal de Ipameri
Ipameri-GO, 25 / 04 / 2024


Assinatura